

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.881 - RS (2019/0318668-8)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : PAULO SERGIO DA SILVA SOARES
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PAULO SERGIO DA SILVA SOARES, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que deu provimento à apelação ministerial, para condenar o recorrente à pena de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, mais 30 (trinta) dias-multa, acrescida de verba indenizatória em favor dos ofendidos no valor de meio salário mínimo da época dos fatos, para cada um.

Consta nos autos que o recorrente foi denunciado como incurso nas sanções art. 157, § 2º, I, (duas vezes), na forma do art. 70 do CP, por supostamente ter subtraído, para si, mediante grave ameaça empregada com arma de fogo, dois aparelhos celulares, um marca *Samsung* e outro Iphone 4S, além de um *skate long board*, avaliado em R\$ 250,00 (duzentos reais) em moeda nacional, bens e valores pertencentes a duas vítimas.

Sobreveio sentença que o absolveu quanto ao fato descrito na denúncia, com fulcro no art. 386, V, do CPP.

Em grau de apelação, o Tribunal *a quo* deu provimento ao apelo ministerial e condenou o recorrente à pena de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, mais 30 (trinta) dias-multa, acrescida de verba indenizatória em favor dos dois ofendidos no valor de meio salário mínimo da época dos fatos, para cada um.

Nas razões do presente recurso especial, a defesa alega violação aos arts. 617, 383 e 384, todos do Código de Processo Penal, e aos arts. 460, *c/c* o art. 128, ambos do CPC, com o fundamento de que, diversamente do firmado no aresto recorrido, consoante referidos dispositivos e a jurisprudência desta Corte Superior, não pode ser fixado valor indenizatório mínimo se não houver pedido expresso para tanto, sob pena de julgamento *extra petita*, assim como ofensa à ampla defesa e ao contraditório.

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que seja afastada a condenação quanto ao pagamento de indenização às vítimas, considerando o dissídio jurisprudencial em relação ao acórdão paradigma (AgRg no REsp n. 1.622.852/MT), desta Corte, e também violação aos princípios da ampla defesa, do contraditório, da correlação e do devido processo legal.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 293-295), após o juízo positivo de admissibilidade (e-STJ fls. 301-307), os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça, tendo o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, manifestado pelo não conhecimento da insurgência, mas pela concessão de ofício de *habeas corpus* para afastar a condenação em indenização em favor das vítimas (e-STJ fls. 278-286).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame do recurso especial.

Observa-se dos autos que, ao examinar o tema, o Tribunal de origem se manifestou da seguinte forma:

Tendo em vista o prejuízo suportado pelas vítimas, na forma do art.387, IV, do CP, estabelecimento indenização mínima, paga pelo réu, no valor de meio salário mínimo da época do pagamento, para cada uma.

Compulsando os autos, constata-se que não há pedido expresso na denúncia (e-STJ fls. 1-6) ou no seu aditamento (e-STJ fls. 32-34), acerca do pedido indenizatório. Portanto, a instância de origem decidiu pela fixação da verba reparatória sem que houvesse pedido expresso do Ministério Público ou dos ofendidos para que essa fosse aplicada.

Sobre o assunto, este Superior Tribunal firmou entendimento no sentido de que para a fixação do valor mínimo de reparação dos danos causados às vítimas pela infração, a teor do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, é imprescindível haver pedido expresso do Ministério Público ou do ofendido e possibilitar ao réu o direito de defesa e ao contraditório, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa .

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção deste Sodalício:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES LEGAIS. ART. 89 DA LEI DAS LICITAÇÕES E PECULATO (ART. 312 DO CP). VIOLAÇÃO DO ART. 387, IV, DO CPP. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO AO ERÁRIO. PEDIDO EXPRESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO ESPECÍFICA. VIOLAÇÃO DA AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO.

1. A reparação de danos materiais, além de pedido expresso, pressupõe a indicação de valor e prova suficiente a sustentá-la, possibilitando ao réu o direito de defesa com indicação de quantum diverso ou mesmo comprovação de inexistência de prejuízo material ou moral a ser reparado. Necessário, portanto, instrução específica para apurar o valor da indenização.

2. No presente caso, apesar de ter havido pedido expresso do Ministério Público na denúncia para a fixação de valor para a reparação do dano, nos termos do art. 387, inciso IV, do CPP, segundo o Tribunal de origem, não houve instrução específica, o que afastou do acusado a possibilidade de se defender e produzir contraprova. Nessas condições, a condenação do réu ao pagamento de indenização, sem instrução processual específica, obviamente implica cerceamento de sua defesa.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1778338/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. INDENIZAÇÃO À VÍTIMA. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. PENA PECUNIÁRIA. QUANTIDADE. MISERABILIDADE. CUSTAS PROCESSUAIS. ISENÇÃO INCABÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A aplicação do instituto disposto no art. 387, IV, do CPP, referente à reparação de natureza cível, na prolação da sentença condenatória, requer a dedução de um pedido expresso do querelante ou do Ministério Público, em respeito às garantias do contraditório e da ampla defesa.

2. Ao determinar a indenização de ofício, o Juízo de primeiro grau decidiu fora dos pedidos deduzidos pelo Parquet na peça acusatória, o que configura violação do princípio da correlação entre o pedido e a sentença, a justificar o afastamento da reparação.

3. A pena de multa deve ser fixada em duas etapas: a primeira com vista a definir a quantidade de dias-multa - de acordo com as circunstâncias do art. 59 do Código Penal - e a segunda, a fim de arbitrar o valor de cada dia-multa, levando-se em consideração a capacidade econômica dos réus.

4. A situação econômica dos acusados não influi no cálculo da quantidade de dias-multa.

5. Nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, o vencido deverá ser condenado nas custas processuais.

6. O momento de verificação da miserabilidade do condenado, para fins de suspensão da exigibilidade do pagamento, é na fase de execução, visto que é possível que ocorra alteração na situação financeira do apenado entre a data da condenação e a da execução do decreto condenatório.

7. Agravo regimental não provido, com a correção de erro material no decisum agravado, para constar que o agravo foi conhecido para dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de afastar a condenação ao pagamento de indenização à vítima.

(AgRg no AREsp 1309078/PI, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 16/11/2018)

Na mesma esteira, colhe-se o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal:

REVISÃO CRIMINAL. ALEGAÇÕES DE OFENSA À LEI PENAL, ILEGITIMIDADE E INSUFICIÊNCIA DE PROVA PARA O DECRETO CONDENATÓRIO, INCONFORMISMO COM APLICAÇÃO DA PENA. FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO DA REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DO DELITO (ART. 387, IV, CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). PEDIDO

Superior Tribunal de Justiça

ACOLHIDO APENAS EM PARTE.

1. A ação revisional não é instrumento viável para mera reiteração de teses jurídicas já vencidas na jurisdição ordinária, nem para simples revisão da matéria probatória. A procedência da ação, nas hipóteses indicadas, tem por pressuposto necessário e indispensável, quanto à matéria de direito, a constatação de ofensa “ao texto expresso da lei penal”, ou, quanto à matéria de fato, o desprezo “à evidência dos autos”.

2. A individualização da pena afasta violação ao princípio da isonomia na hipótese de divergência entre a pena aplicada na instância atraída por prerrogativa do foro e a pena aplicada a corréu em instância diversa.

3. Afasta-se a estipulação de valor mínimo prevista no art. 387, IV, do Código de Processo Penal, sem prejuízo da persecução correspondente em procedimento autônomo, quando fora de dúvida a ausência de contraditório a respeito.

4. Revisão criminal parcialmente procedente.

(RvC 5437, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-052 DIVULG 17-03-2015 PUBLIC 18-03-2015)

Dessarte, constata-se que o Tribunal local, ao decidir pela fixação da indenização à vítima, muito embora inexistindo pedido expresso do Ministério Público ou do ofendido, dissentiu da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça sobre o tema, razão pela qual deve ser afastada a mencionada reparação.

Por todo o exposto, com base no art. 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **dou provimento ao recurso especial** para afastar a condenação ao pagamento de valores a título de reparação dos danos causados à vítima.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI

Relator